

CORREIO PAULISTA

Valter Campanato/Agência Brasil



Pré-candidato do PT avalia cenário favorável no estado

Haddad vê vácuo do PSDB e projeta disputa em São Paulo

Haddad avaliou o cenário político em São Paulo e afirmou que o enfraquecimento do PSDB no estado abre espaço para novas disputas eleitorais. Em entrevista à CNN Brasil, o pré-candidato do PT disse que a atual configuração política paulista favorece uma possível candidatura contra o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos). Ele destacou ainda que, após décadas de protagonismo tucano, o estado vive uma reconfiguração do campo político. Haddad também comentou a atuação de Geraldo Alckmin (PSB), ex-PSDB e hoje aliado do governo federal, como parte das articulações para ampliar apoio no interior paulista. Declaração foi dada em entrevista à CNN Brasil nesta quarta-feira (15) e integra leitura do cenário eleitoral de 2026.

Assembleia realiza 44ª sessão ordinária

Balanco da 44ª Sessão Ordinária da Alesp nesta quarta-feira (15) destacou casos de violência policial na capital e reclamações sobre serviços da Sabesp registradas pelo Procon. Deputados também trataram de trânsito, pedágios free flow, escala 6x1 e agricultura familiar. Na Ordem do Dia, foi aprovado PLC 28/2025, que reajusta adicionais do TJSP. Sessão tratou ainda de outros temas de interesse público na Assembleia Legislativa.

Divulgação



Reunião foi conduzida pelo desembargador Luiz Cardoso

Semear e IAPSP realizam encontro

Balanco de integrantes do Semear participaram de encontro no Instituto Ação Pela Paz (IAP), em 15 de abril, com representantes de instituições parceiras do programa. A reunião foi conduzida pelo desembargador Luiz Antonio Cardoso e pela diretora executiva Solange Senese. Foram apresentados dados do programa, com taxa de 82,5% de não reincidência e 1,3 mil projetos em 159 unidades prisionais. A Funap apresentou resultados de 2025, incluindo produção de 17 mil móveis escolares, reforma de 14 mil peças e 149 mil uniformes, além de parcerias com a Defensoria Pública.

Presidente do TJSP pede apoio na Alesp

O presidente do TJSP, desembargador Francisco Eduardo Loureiro, participou nesta terça-feira (14) de reunião do Colégio de Líderes da Alesp. Na visita, defendeu a aprovação do PLC 28/25, que atualiza percentuais do Adicional de Qualificação dos servidores do Judiciário. O magistrado pediu tramitação prioritária ao presidente da Casa, André do Prado, e a líderes partidários.

Centro TEA Paulista

O Centro TEA Paulista promove nos dias 16 e 17 formação para 300 policiais do 4º BPM/M sobre atendimento a pessoas com autismo. A capacitação aborda identificação de sinais, técnicas de abordagem, prevenção de conflitos e orientações práticas. Desde 2025, o centro já capacitou mais de 2.400 profissionais.

Aprovados Fatecs

A Seduc-SP divulgou a lista de aprovados para o segundo semestre em Fatecs e Univesp. As matrículas devem ser feitas até hoje, dia 16 de abril. Alunos de 2.300 escolas foram convocados. A EE Valdir Fernandes Pinto, na capital, lidera com 19 aprovados. O Provão Paulista já ofertou 46 mil vagas no ensino superior público paulista.

Acessos digitais

Plataformas digitais do Governo de SP somaram 564,5 milhões de acessos via GOV.BR desde 2023, com 25,3 milhões de usuários. Em março, foram 46,9 milhões de acessos. Serviços como CNH, RG e saúde passaram a ser digitais. O total cresceu 74,7% em relação a 2024, segundo a gestão estadual.

Abril Marrom

A Assembleia Legislativa de São Paulo recebe de 13 a 22 de abril a exposição "Abril Marrom", sobre cegueira e baixa visão. Com dados de relatório internacional, a mostra destaca impactos na educação, trânsito e trabalho. Segundo o estudo, 2,2 bilhões têm deficiência visual, e mais da metade dos casos pode ser evitada com prevenção.

Justiça barra venda

O Tribunal de Justiça de SP anulou audiência sobre a venda de 35 áreas de institutos de pesquisa do estado. A decisão atende ação da APqC e da deputada Beth Sahnão. A Justiça exige aval da Alesp e estudos técnicos para nova tentativa, incluindo impacto nas pesquisas e plano de continuidade das atividades.

Fundo de crédito

A Assembleia Legislativa de São Paulo aprovou o PL 272/2026, que altera regras do Feap, fundo de crédito a produtores rurais. O texto autoriza uso de recursos para serviços de análise e fiscalização dos financiamentos. A proposta segue para sanção. Deputados também aprovaram reajuste a servidores do TJM-SP.



Documento estabelece normas para ocupação de áreas

USP propõe regra para uso de espaços estudantis

Minuta prevê controle, cobrança de despesas e gera reação

Da Redação

A Universidade de São Paulo (USP) iniciou um processo para formalizar o uso de espaços ocupados por entidades estudantis em seus campi. A proposta, apresentada por meio de uma minuta de termo de permissão de uso, tem gerado debate interno e mobilização de estudantes.

O documento estabelece normas para ocupação de áreas como sedes de centros acadêmicos, espaços de convivência e locais destinados a serviços, incluindo lanchonetes e copiadoras. Entre as exigências previstas estão a prestação de contas, critérios de transparência e regras para contratação de terceiros.

Pelo texto, a autorização para utilização dos espaços terá caráter precário, podendo ser revogada pela universidade mediante justificativa. Também está prevista a responsabilidade das entidades pelo pagamento de despesas operacionais, como consumo de água e energia elétrica.

Em posicionamento institucional, a reitoria e pró-reitorias afirmam que a medida não pretende restringir a atuação estudantil nem retirar o uso de áreas historicamente ocupadas. Segundo a administração, o objetivo é formalizar a cessão de uso, garantindo segurança jurídica, transparência e adequação às normas que regem o patrimônio público. A universidade informou ainda que será criado um grupo de trabalho com participação de diferentes setores para discutir e condu-

zir o processo de regulamentação.

De acordo com a USP, a proposta surge em um contexto de uso disseminado de espaços sem padronização contratual, muitas vezes envolvendo atividades comerciais. Esse ponto concentra parte das divergências. A instituição defende que a gestão de bens públicos deve seguir regras administrativas, especialmente quando há geração de receita ou vínculos com serviços terceirizados.

Entidades estudantis, por sua vez, argumentam que atividades como bares, serviços de cópia e lanchonetes são fundamentais para financiar ações acadêmicas, culturais e de permanência estudantil.

A minuta busca estabelecer regras para essas práticas, ampliando mecanismos de controle institucional. A iniciativa provocou reação de centros acadêmicos e do Diretório Central dos Estudantes (DCE), que organizaram manifestações contrárias à proposta.

Entre as críticas apresentadas está a avaliação de que o modelo altera a dinâmica de funcionamento dos espaços e pode afetar a autonomia das entidades. Estudantes também questionam o caráter revogável da permissão e as exigências de controle financeiro, consideradas formas de ingerência administrativa.

O texto ainda será analisado em instâncias internas da universidade antes de eventual implementação. Enquanto isso, representantes estudantis indicam que devem manter mobilização e ampliar o debate.